

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

LEI Nº 1.816/2023, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

**DISCIPLINA O REGIME DE TEMPO INTEGRAL (RETI),
FRACIONA O VALOR DA GRATIFICAÇÃO POR HORA/AULA
EFETIVAMENTE MINISTRADA PARA OS MEMBROS DO
MAGISTÉRIO MUNICIPAL E REVOGA AS LEIS Nº 325/1998,
Nº 654/2004 E Nº 1.279/2015.**

**O Prefeito do Município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a
Câmara Municipal aprovou e, assim, sanciona a seguinte Lei:**

Art.1º – Fica o **Poder Executivo** autorizado a instituir, por meio de Ato Administrativo próprio, quando identificado pela **Secretaria Municipal de Educação** a necessidade e houver disponibilidade orçamentária e financeira, o **Regime de Tempo Integral (RETI)** para os membros do magistério municipal, durante afastamento de professor regente de turma, nas seguintes condições:

I – Licença de gestação e amamentação.

II – Licença médica por período superior a **14 (quatorze) dias**.

III – Licença sem vencimentos.

IV – Licença para tratamento em pessoa da família superior a **14 (quatorze) dias**.

V – Afastamento para ocupar funções diretivas e técnicas, cargo de chefia e outras funções gratificadas ou comissionadas exclusivamente na **Secretaria Municipal de Educação**.

VI – Afastamento autorizado para frequentar cursos ou estágios de aperfeiçoamento de interesse da municipalidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

VII – Licença-prêmio.

VIII – Afastamento previsto em legislação federal por situações epidemiológicas.

Art. 2º – A designação para o Regime de Tempo Integral (RETI) seguirá o seguinte trâmite:

I – Solicitação da direção da unidade escolar.

II – Informação pelo servidor ou responsável pelo setor da Secretaria Municipal de Educação referente aos incisos I a VIII do art. 1º desta lei.

III – Avaliação das Chefias de Ensino e Educação.

IV – Concordância do (a) Secretário (a) Municipal de Educação.

V – Concessão e autorização do (a) Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo único – A concessão do Regime de Tempo Integral (RETI) não gerará vínculo permanente do docente com a unidade escolar e não assegurará a sua convocação para atuar no ano letivo subsequente.

Art. 3º – O período de trabalho do professor de Educação Infantil (Creche e Pré-escola) e do 1º e 2º segmentos do Ensino Fundamental em Regime de Tempo Integral será o dobro da carga horária semanal de cada segmento, conforme estabelecido na Lei nº 793/2007.

Parágrafo único – De acordo com a necessidade da unidade escolar, por componentes curriculares (Base Nacional Comum Curricular – BNCC/2017), no caso de professores regentes do 2º segmento (6º ao 9º ano), poderá ser fracionado o valor da gratificação por hora/aula efetivamente ministrada.

Art. 4º – O membro do magistério municipal em Regime de Tempo Integral (RETI) fica proibido de exercer, cumulativamente, outro cargo, função, profissão e emprego público ou particular, salvo



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

participação em órgão de deliberação coletiva relacionado com a educação e atividade cultural sem vínculo empregatício.

Art.5º – O Regime de Tempo Integral (RETI) deverá cessar no período das férias escolares e por iniciativa da **Secretaria Municipal de Educação** quando não mais justificar a sua manutenção.

Art. 6º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário dos artigos 1º e 3º da **Lei nº 654/2004** e especialmente as **Leis nº 325/1998 e nº 1.279/2015**.

Gabinete do Prefeito, em 5 de outubro de 2023.



JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA

PREFEITO